

Terra, territorialidades e conflitos*

*Davi Félix Schreiner***

Resumo. Este artigo aborda as práticas e representações sociais dos trabalhadores nas dimensões relacionadas à luta pela terra, à resistência territorial e às disputas de e por territorialidades nos assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A luta pela terra é a expressão política de um (re)ordenamento territorial em disputa entre trabalhadores e capitalistas. A análise se ocupa das contradições vivenciadas nos processos de organização dos assentamentos. A questão é discutida a partir dos significados atribuídos pelos trabalhadores em suas narrativas aos modos como vivenciaram a luta coletiva e ao uso social que estão dando à terra, e à propositura do MST de cooperação, amalgamada à agroecologia, como prática alternativa de sustentabilidade social e de luta política do Movimento.

Palavras-chave: Territorialidades; Luta pela terra; Agroecologia; MST.

Land, territorial issues and conflicts

Abstract. Social practices and representations are investigated within the context of conflicts for land, territorial resistance and struggles for land issues in rural settlements of the Landless Peasants' Movements (MST). Struggle for land is the political expression of territorial (re)ordering between agricultural workers and capitalists. In fact, current analysis focuses on the contradictions experienced in the process of the organization of the settlements. The issues are discussed through the meanings provided by agricultural workers' narratives with regard to their experience on collective struggles, to the social use they give to the land and to the MST's proposal of cooperation coupled to agro-ecology as an alternative for social sustainability and to the Movement's political struggle.

Keywords: Territorial issues; Struggle for land; Agro-ecology; MST.

* Artigo recebido em 12/02/2013. Aprovado em 29/04/2013.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, Brasil. E-mail: davi.felixs1@gmail.com

Tierra, Territorialidades y Conflictos

Resumen. Este artículo aborda las prácticas y representaciones sociales de los trabajadores en relación con la lucha por la tierra, la resistencia territorial y las disputas de y por territorialidades en los asentamientos rurales vinculados al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). La lucha por la tierra es la expresión política de un (r)ordenamiento territorial en disputa entre trabajadores y capitalistas. Este análisis se ocupa de las contradicciones vividas durante los procesos de organización de los asentamientos. La cuestión es discutida a partir de los significados atribuidos por los trabajadores, en sus narrativas, a las formas en que vivieron la lucha colectiva y al uso social que están dándole a la tierra, así como a la propuesta del MST de cooperación, amalgamada a la agro-ecología como práctica alternativa de sustentabilidad y de lucha política del Movimiento.

Palabras Clave: Territorialidades; Lucha por la tierra; Agro-ecología; MST.

Introdução

“Modelo em Ruínas”, assim afirmava o título da reportagem da Revista Época em março de 1999.¹ A matéria abordava a ocupação da Fazenda Mitacoré, com 1.098 hectares, do Banco Bamerindus, por 300 Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ocorrida durante o mês de agosto de 1997. Os trabalhadores já estavam acampados há algum tempo em frente à área, na margem da Rodovia BR-277, no município de São Miguel do Iguaçu, localizado no Oeste do Paraná. Sabiam das dívidas contraídas pelo proprietário com o Tesouro da União. Antes de a área ser tomada pelo Estado, como forma de pagamento de parte das dívidas do Grupo Bamerindus², decidiram ocupá-la.

¹ Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19991101/brasil9.htm>>. Acessado: 4 set. 2012.

² O Grupo Bamerindus, do qual o Banco fazia parte, era presidido por José Eduardo de Andrade Vieira, ex-Senador da República pelo Paraná (1991 a 1999) e ex-Ministro da Agricultura do governo Fernando Henrique Cardoso, durante seu primeiro mandato. A sede era localizada em Curitiba, Paraná. Constituído pela fusão de sete diferentes bancos, tinha forte atuação no financiamento e captação de dinheiro no setor agropecuário. Em 1994, foi o quarto maior banco privado do Brasil; entrando em crise em seguida, passou a integrar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Parte do Banco foi incorporada pelo HSBC e outra parte pelo Banco Central.

O articulista da reportagem, Bernardino Furtado, fiel ao título, arrola um repertório de adjetivos para qualificar a área como “fazenda-modelo”, em contraposição a supostos riscos a que estaria sujeita nas mãos dos trabalhadores, estes por ele desqualificados mediante o uso do termo “invasores”. A terra e a infraestrutura (secador de grãos, silo para armazenar cereais, barracões e casas) poderiam ser “depreciadas pela construção de casas e estradas em antigas lavouras”, argumentavam integrantes de “um grupo de fazendeiros, políticos e técnicos da região”, que tentaram retomar a área à força, para, segundo eles, criar uma “Universidade do Agricultor”. A instituição “afastaria a ameaça de o MST transformar a Mitacoré em posto avançado para a promoção de uma onda de invasões no extremo Oeste do Paraná”, haja vista “a infraestrutura privilegiada” e a localização que favoreceria “recrutamentos para novas invasões”, inclusive de *brasiguaios*.

A reportagem, para além de revelar que recursos do Estado estavam sendo utilizados para atendimento de interesse privados, fornece indícios acerca da disputa por “modelos” de desenvolvimento para o campo, não apenas divergentes, mas que se contrapõem. Aos poucos, à medida que os Trabalhadores Sem-Terra foram avançando e ocupando os espaços da fazenda, “comunicavam aos ex-funcionários que ali surgiria nova lavoura do MST”. Na Mitacoré praticava-se a produção agrícola voltada ao agronegócio, centrada na exploração do trabalho assalariado, cultivo de produtos para a exportação (em especial a soja), agricultura baseada em tecnologias avançadas, com uso de agrotóxicos altamente nocivos ao meio ambiente.

Esse tipo de produção agropecuária é, atualmente, predominante na região Oeste do Estado do Paraná. As bases desse modelo se fizeram a partir da denominada “revolução verde”, que priorizava a mudança nas técnicas agrícolas em relação às mudanças na propriedade da terra. Essa forma de “desenvolvimento” produziu a denominada modernização conservadora da

agricultura, entre as décadas de 1960 e 1980, fortalecendo a fração agrária da classe dominante na região. Os interesses dessa fração permeiam não apenas a organização do espaço e as relações econômicas no meio rural e urbano, mas também dimensionam o campo da política numa intrincada relação com propriedade da terra, meios de comunicação, eleição de políticos (representantes do agronegócio) e organizações de classe, dentre as quais a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, com sede no município de Cascavel.

Não raras vezes, o proprietário de comunicação, o comerciante, o industrial e o político são também grandes proprietários de terras.³ A relação dos filiados da mencionada Sociedade Rural evidencia essa relação que, a exemplo de todo o país, tem sido determinante para a reprodução da estrutura do poder político e do modelo de desenvolvimento desigual e excludente no meio rural.

Contraopondo-se a esse modelo, desde o final da década de 1980, por meio de ocupações de propriedades e luta pela reforma agrária durante os anos de 1990, articulado nessa luta, o MST passa a defender um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira, estimula a criação de diversas formas de cooperação para a geração de trabalho e de renda e como estratégia de continuidade da luta política. Nas palavras de Pedro Stédile, liderança nacional do MST trata-se de uma luta por “uma reforma agrária casada com a mudança do atual modelo tecnológico. A tecnologia aplicada na agricultura de hoje é uma tecnologia consumista, baseada nos padrões das multinacionais de

³ Essa conjugação de interesses de diferentes setores que se articulam, e sua visão em relação aos movimentos sociais, explicita-se, entre diversos outros documentos, em carta encaminhada ao governo do Estado, na qual diversas entidades de classe solicitam proteção governamental aos “produtores rurais” contra as “invasões”. Argumentam que “A insegurança causada pela onda de invasões de propriedades rurais no Paraná não tem precedente”, e que estas, aliadas à crise econômica vivida pelo país, “[...] fazem do agronegócio uma atividade de alto risco”. Tal situação estaria afetando “significativamente as cidades” (O produtor quer respeito. In: JORNAL HOJE, 7 set. 2006. p. 09).

agrotóxicos”. E isso, segundo ele, estaria “depredando o nosso meio ambiente e não garante para as gerações futuras uma agricultura sustentada” (1997, p. 59).

Nesse sentido, nos anos que se seguiram, a agroecologia, amalgamada à cooperação e à luta política, começa a ser experimentada em assentamentos vinculados ao Movimento. Perspectivava-se, assim, a geração de trabalho e renda e uma possível alternativa ao domínio do capital transnacional na produção da agricultura.

Na fazenda Mitacoré, a “casa-grande”, assim como as demais dependências da sede, foi transformada em alojamento coletivo. As lideranças objetivavam implantar uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), coletivizando a terra e o trabalho. Os trabalhadores, todavia, a exemplo do que ocorria em nível nacional nos assentamentos vinculados ao MST, se contrapuseram à coletivização e ocuparam a área em forma de parcelaria. A agroecologia, proposta pelas lideranças do MST, surgiu entre os assentados naquele contexto. O objetivo era transformar o assentamento em “modelo de organização em agroecologia”.

Durante o ano de 2000, iniciaram-se os trâmites legais para a implantação de um Centro de Formação denominado José Gomes da Silva, com a criação do Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa), reconhecido pelo Estado em 2003. E, com a criação do Curso de Técnico em Agroecologia, começou-se a formação de técnicos militantes para atuarem nos assentamentos e para a continuidade da luta política. Como evidenciam os dados relativos aos convênios firmados com o governo federal a partir de 2002, o Itepa realizou seminários e cursos de capacitação para agricultores familiares sobre gestão ambiental e práticas agroecológicas nos assentamentos de reforma agrária.⁴

⁴ Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/convênios>>. Acessado: 11 set. 2012.

Atualmente, 79 famílias encontram-se assentadas na área, renomeada como Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Desenvolvem a agropecuária familiar centrada em cultivos para o mercado interno, notadamente de gêneros alimentícios. Cerca de 30 famílias desenvolvem atividades de produção agroecológica em seus lotes.

As narrativas dos assentados rurais acerca daquele tempo revelam diversos sentidos e interesses, por vezes divergentes dos das lideranças do MST em relação à forma de organização do assentamento em suas múltiplas dimensões: a terra, o trabalho, a educação, a cooperação, a agroecologia e a questão ambiental. Abordaremos essas dimensões relacionadas como inerentes à (re)construção do território e das disputas por territorialidades, referenciados pela noção de sustentabilidade social e ecológica⁵ no MST.

O texto que se segue é permeado pelo diálogo com narrativas de trabalhadores em entrevistas orais e com documentos do Movimento. Também vem informado pela experiência de trabalho de campo que realizamos durante alguns anos com trabalhadores acampados e assentados.⁶ Neste artigo, utilizamos entrevistas orais, as quais consideramos representativas das experiências relacionadas à organização da terra e da proposição da cooperação articulada às práticas agroecológicas no Assentamento Antônio Companheiro Tavares.

É na rememoração do enfrentamento coletivo pela terra, do cotidiano vivido em acampamentos e dos conflitos na organização dos assentamentos, entre outros exemplos, que o entrevistado, não raras vezes, se percebe como

⁵ Essa noção está referenciada na abordagem de Costa Neto & Canavesi (2002).

⁶ Durante pesquisa de campo para o meu doutorado, defendido em 2002, na Universidade de São Paulo (USP), bem como nos anos que se seguiram, realizamos dezenas de entrevistas com homens e mulheres em acampamentos e assentamentos, dentre os quais: Assentamento Terra Livre, no município de Nova Laranjeira, Assentamento Vitória, no município de Lindoeste, Acampamento Cajati, no município de Cascavel, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguazu (SCHREINER, 2002).

sujeito da história. As fontes orais, desse modo, evidenciam a subjetividade na medida em que o narrador “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31), ou seja, como assevera Yara Khoury, as narrativas orais são “expressões do enraizamento dos sujeitos no social”. Elas evidenciam sujeitos históricos que, ao compartilharem práticas sociais, valores e memórias, vão “alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar”, a um Movimento Social, e que, em meio aos conflitos e às contradições, vão se constituindo socialmente, transformam a realidade e “são moldados por ela” (2006, p. 27-29).

Importa ressaltar, como bem observa Michael Pollak, que “mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (1989, p. 14), pois é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5). A rememoração é, pois, um dos modos pelo qual os sujeitos procuram reconstruir seus sentidos de identidade e de pertença a uma coletividade, ressignificando a sua própria subjetividade.

Disputa por Territorialidades

O assentamento significa, para o MST, “o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados” por meio da luta coletiva. Na posse da terra, inicia-se outro processo: o da “constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental [...], por uma heterogeneidade social de famílias camponesas” (MST, 2012). Depreende-se, a partir dessa acepção, que a conquista do assentamento institui um processo de reterritorialização, ou seja,

de transformar a área conquistada em espaço da prática dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, território do MST.

A noção de território como espaço de prática é tributária de Claude Raffestin (1993). Na acepção desse autor, segundo Bertha Becker, o território “é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço” (2010, p. 19). E, ao mesmo tempo, é “um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática”. Desse modo, do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a reterritorialização não se engendra de maneira igual em espaços e tempos diversos, tampouco é homogênea. Convém, portanto, falar em processos de reterritorialização, no plural, que revelam temporalidades divergentes, contraditórias, sobrepostas e, ao mesmo tempo, temporalidades convergentes.

A diversidade de assentamentos rurais no Brasil, evidenciada nas diferentes formas de organização da terra e do trabalho e de cooperação nos múltiplos modos como os trabalhadores vivenciam as relações e experiências sociais nesses espaços, materializa a multiplicidade de processos de recriação de territórios: “os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações sociais estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo do processo produtivo e introduzindo novas atividades” (CORRÊA; BUTH, 2006, p. 84). Essa construção também se faz a partir da elaboração por esses trabalhadores de um sentido de pertença e na relação com um movimento social (MST) e com um determinado lugar (assentamento), cujos limites e dimensões sociais contrastam com os de outros territórios, notadamente dos grandes proprietários rurais, cujas atividades agropecuárias consubstanciam o agronegócio.

Os modos como os assentados e as lideranças do MST concebem, propõem e organizam as relações sociais nos assentamentos e revelam a disputa

de territorialidades. A territorialidade possui “uma dimensão estritamente política”, e, igualmente, inclui as relações econômicas e culturais, pois a mesma está amalgamada “ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 21). A noção de territorialidade inclui as dimensões objetivas e subjetivas, as práticas e as relações sociais, a produção de bens materiais e a cultura imaterial, as percepções e os sentimentos dos sujeitos no cotidiano vivido, bem como as relações sociais mais amplas e complexas, que se estabelecem no interior dos territórios. “Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial”, conclui Bertha Becker (2010, p. 20).

Na fase inicial do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, um dos principais conflitos ocorreu em torno da divisão do espaço em lotes e de como o grupo organizaria a produção, balizada pela contraposição do coletivo ao individual: “Eles queriam tudo coletivo. Mas nós não, não dá certo. Porque o coletivo, um quer... eles querem tocar de um jeito e nós nos criamos na lavoura. Nós sabemos cuidar de uma lavoura, e acho que se nós tivesse no coletivo tava meio ruim”, avalia Antônio Plaza Gonçalves (2007), referindo-se à proposição de criação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Nessa forma cooperada, a terra e o trabalho são coletivos e a renda é revertida para os cooperados segundo a quantidade de horas trabalhadas. A CPA é, para o MST, a forma mais complexa, superior de cooperação, mais próxima de uma forma socialista de produção. Na expressão “eles querem tocar de um jeito e nós nos criamos na lavoura”, evidencia-se outro modo de ocupar e de uso da terra, baseado na unidade e no trabalho familiar, diferentemente do pretendido pelas lideranças do Movimento.

As narrativas dos trabalhadores explicitam divergências em assembleias e reuniões, nas quais debatiam com as lideranças a organização da área ocupada. No primeiro ano, os trabalhadores cultivaram coletivamente a terra.

O resultado financeiro não foi o esperado por eles. Também havia desconfianças em relação às lideranças que administravam a comercialização dos produtos. No ano seguinte, 60 famílias ocuparam lotes individuais e outras 40 famílias permaneceram no projeto da CPA. Diante da resistência e das dificuldades de implantar a coletivização da desistência e do remanejamento de famílias para outros assentamentos, o projeto foi substituído pela criação da Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa (Coopercam). Atualmente, as famílias vivem em lotes individuais.

Os trabalhadores, ao ocuparem parcelas de terra com suas famílias, contrariando as orientações do MST, indicam um deslocamento em direção a um modo conhecido de vida, o qual se fez em meio a divergências com as lideranças. Nas narrativas, recorrentemente observam-se os trabalhadores significarem a ação de ocupar um lote como um desejo de (re)conquistarem o direito de domínio sobre a terra e o trabalho. Expressões como “o meu lote” são indicativas desse sentimento, bem como da identidade social reivindicada pelos trabalhadores. O universo do lote é o da produção das condições materiais e sociais da família. Na proposição da CPA, opera-se um deslocamento do modo social de produzir dos agricultores para uma forma não vivida em suas trajetórias de vida e por suas gerações anteriores. Esse modo de vida proposto pela CPA, da terra e trabalho familiar para a posse e trabalho coletivo, não foi vivido pelas gerações anteriores daquelas famílias e não está nas expectativas da maioria dos trabalhadores das novas gerações.

A CPA retira o direito individual sobre as decisões que envolvem a forma de organização da terra, do quê, como e quando produzir, e o quê, quanto, quando e para quem vender. Essas questões passam a ser discutidas e aprovadas pelo conjunto dos assentados associados na cooperativa, a qual, na percepção da maioria absoluta dos trabalhadores entrevistados por mim nos últimos 14 anos, é redutora da autonomia inerente ao seu modo de vida de

agricultor familiar. A opção pelo coletivo é significada nas suas narrativas como mudança de costume e deslocamento de domínio nas relações de poder.

Os sentidos justificadores da resistência ao coletivo, como se pode depreender da fala de Valdemar Spieker (2007), ao constatar que “toda pessoa que sempre teve meio pensando individual, ele não acostuma com isso aí”, são elaborados no plano da memória social, referindo-se às trajetórias de vida e aos modos de conceber o trabalho: “tem aquele que gosta de conduzir as coisas mesmo, não gosta de ser mandado”. O depoente, então, produz, a partir de um passado comum – daqueles que “sempre teve meio pensando individual”, notadamente os agricultores familiares, dentre os quais os colonos do Sul do País –, o argumento para a opção pessoal, de não aceitar o coletivo proposto pelo MST, na expressão: “eu pelo menos nunca fui de acordo” (SPIEKER, 2007). A resistência ao coletivo também está referida a uma avaliação de um possível vir a ser, ou seja, aceitar o coletivo significaria “ser mandado” pelas lideranças e se submeter às decisões e perspectivas nem sempre convergentes com os seus desejos.

O que se evidencia, ao olharmos para as trajetórias de luta dos Trabalhadores Sem-Terra, como diz Carlos Walter Porto-Gonçalves ao abordar o tema da reforma agrária, não é apenas o direito à terra, mas a afirmação de “um sentido determinado de estar na terra” e o respeito a um modo específico, próprio do movimento, de estar na terra⁷.

Recorrentemente, nas entrevistas, expressões como “fui ao acampamento porque queria terra”, “a luta é pela terra” ou “nós trabalhamos coletivo aqui, mas era na conquista da área” indicam o sentido atribuído à dimensão coletiva da luta. A luta era por terra, “não pensava em outra coisa”.

⁷ Disponível em: <<http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-prof-carlos-walter-porto.html>>.

Em torno desse objetivo tecem-se as relações na “comunidade de iguais”, as reciprocidades de interesses horizontais compartilhados vividas no tempo de acampamento.

No assentamento, o coletivo é dimensionado pelos trabalhadores a partir das práticas de reciprocidade da sua cultura. O coletivo se faz como ajuda mútua, troca de dias de serviço, relações de vizinhança e comunitárias: “mas tu trabalhar assim uma vida inteira, ficar de relógio, não acredito que funciona [...], se vê que a metade vai pro individual” (SPIEKER, 2007).

O que os assentados reivindicam, portanto, é um modo específico de estar na terra, uma territorialidade distinta da proposta pelo MST. Como bem observa Klass Woortmann (1990), a terra, o trabalho familiar e a liberdade são elementos centrais da identidade social no universo do campesinato brasileiro. Para o Movimento, entretanto, a divisão da terra em lotes individuais, cultivados por meio do trabalho familiar, representa a reprodução de uma forma arcaica de trabalho, dimensionada pelo individualismo e pela não superação da condição camponesa, ao passo que à coletivização é atribuído um sentido pedagógico de superação daquela condição. Era vista como de organização social superior, denotando estágio mais avançado de consciência social e política.

A avaliação dos entrevistados, sobre os resultados da luta pela terra é unânime, quando relacionada à terra, à moradia, aos alimentos, aos eletrodomésticos, aos maquinários agrícolas, ao carro, entre outros itens, como conquistas positivas. A continuidade da luta no MST, todavia, não se coloca como perspectiva ou possibilidade para a maioria dos assentados. Estando nos lotes, as famílias precisam cultivar a terra e desenvolver outras atividades agropecuárias para gerar renda. O objetivo é viabilizar-se economicamente na “propriedade”.

Esse deslocamento, de recriação a um modo conhecido de produção familiar, foi observado pelo MST desde 1994, quando este passa a discutir a crise das cooperativas de produção agropecuária⁸. E, nos anos que se seguiram, o Movimento começa a incentivar outras formas de cooperação, não obstante mantendo a ênfase na coletivização. Entre diversas formas, propôs a cooperativa de comercialização. Essa cooperativa resguarda a concepção e o modo social de produção dos agricultores, centrado na terra e no trabalho familiar, com a inserção no mercado.

O que se observa é que, neste ínterim, o MST ampliou a concepção de reforma agrária, incluindo e/ou reforçando dimensões de luta política que estão para além da conquista da terra e que se centram nos seguintes temas de modo relacionado e articulado: a educação, a cooperação e a mudança do modelo tecnológico predominante na agricultura brasileira, baseado nos padrões das multinacionais, do agronegócio e dos agrotóxicos.

No caderno "Preparação dos Encontros Estaduais" e no 9º Encontro Nacional do MST, de 1997, essa concepção se explicita na afirmação de que a distribuição da terra ainda é "um objetivo central e de importância fundamental", mas "o avanço do capitalismo no campo" e "a dependência de nossa economia do capital estrangeiro" impunham a concepção de reforma agrária que incluía, entre outras questões, a luta pelo trabalho para todos os trabalhadores, geração e distribuição de renda, produção agropecuária familiar, cooperativada e voltada para a segurança alimentar (MST, 1997). Nesse escopo, o Movimento foi delineando a agroecologia como uma alternativa de sustentabilidade para os assentamentos rurais.

⁸ O documento redigido por Paulo Cerioli e Pedro Cristoffoli é representativo do debate de reformulação da proposta de cooperação do MST: CONCRAB. *A crise das cooperativas de produção*. São Paulo 1994. (mimeo).

Meio Ambiente e Agroecologia

A preocupação do MST com a sustentabilidade social e ecológica explicita-se desde os anos iniciais de sua formação. Há que frisar, todavia, não de forma mais elaborada. Trata-se de referências esparsas, pontuais ou ideias que permeiam diversos documentos. Geralmente, afirmam a necessidade de preservação do meio ambiente e de definição de alternativas à produção agropecuária. As expressões “sustentabilidade” e “agroecologia” são termos que passaram a ser empregados no passado recente. As questões relacionadas ao meio ambiente e à agroecologia, como alternativa de produção para os assentamentos rurais, em contraposição ao agronegócio, ganharam dimensão programática apenas durante a primeira década do século XXI.

No documento aprovado no primeiro congresso nacional, realizado em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, com a presença de 1.500 delegados de diversos Estados do país, o MST exigiu do governo federal o estímulo à “produção para o atendimento das necessidades de todo o povo”, a qual “respeite a preservação do meio ambiente” (MST, 1985).

A Comissão Nacional dos Assentados, consoante com as deliberações do II Encontro Nacional dos Assentados, ocorrido em abril de 1986, em Cascavel/PR, avaliando o modelo agroquímico das multinacionais, predominante no campo brasileiro, defendeu o uso de tecnologias alternativas para os assentamentos rurais. As “novas técnicas modernas”, a utilização de adubos químicos, agrotóxicos e maquinários, trazidos dos Estados Unidos, foram introduzidos “como o único modelo certo na agricultura”, mediante “campanhas de desmoralização dos conhecimentos do agricultor e daquelas práticas que ele vinha utilizando tradicionalmente” (MST, 1986, p. 26).

Desse modo, a Comissão defendeu o uso de técnicas que articulassem o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico, com uso de insumos, desde que “representassem respeito ao equilíbrio da natureza”,

e “aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente” (MST, 1986, p. 26). Entre outras sugestões, recomendava a adubação verde e orgânica, o reflorestamento, o desenvolvimento de máquinas mais adequadas ao solo e às culturas praticadas pelo pequeno agricultor, a consorciação de culturas, o aproveitamento de fontes de energia naturais e métodos naturais de combate às pragas e às doenças.

Chama atenção o fato de que no documento Plano Nacional do MST 1989 a 1993, a questão ambiental esteja quase ausente, a não ser por uma referência explícita, indicando a necessidade de “desenvolver um trabalho de educação entre as famílias assentadas [...] sobre a importância de preservação dos recursos naturais” (MST, 1989, p. 19). A implantação, todavia, “de políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, à recuperação e conservação do solo e ao reflorestamento nos assentamentos, com apoio creditício e recursos” (MST, 1990, p. 13), é uma das medidas do Plano de Reforma Agrária do MST aprovado no II Congresso Nacional, em 1990.

No referido Plano, a ênfase recai sobre a organização da luta política pela reforma agrária, articulada à organização dos assentamentos rurais, criando “um novo modelo de produção baseado na utilização de tecnologias adequadas, e na organização coletiva do trabalhador, que viabilize economicamente os assentados e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas” (MST, 1990, p. 13). E, também, como se verá em documento de 1999, a organização dos assentamentos, por meio da cooperação/cooperativas, é para torná-los “um espaço geográfico que devemos [o MST] ter um controle” (BOGO, 1999, p. 12).

Nesta contextura, a cooperação é enfatizada como forma de resistência e de desenvolvimento. Os "Cadernos de Cooperação Agrícola" são evidência dessa posição. Em seu primeiro número está proposta, como o título anuncia, “Uma discussão de desenvolvimento rural”, sobre o “tipo de desenvolvimento”

e “como chegar até ele” (CONCRAB, 1994). O desenvolvimento é visto como “um processo de transformação global que resulta em melhoria de qualidade de vida, obtida através da participação organizada, consciente e capaz dos trabalhadores rurais explorados, na solução de seus problemas e na transformação da sociedade” (CONCRAB, 1994, p. 18). Para além das tecnologias alternativas com resultados econômicos como dimensões necessárias ao desenvolvimento, o documento explicita a educação, a cultura, a pesquisa, a cooperação:

A conservação e a recuperação racional do solo e dos demais recursos naturais[, isso] é absolutamente necessário. Precisamos dominar a adubação orgânica animal e vegetal, o controle biológico de pragas, o combate à erosão, a produção de artigos mais saudáveis... Mas, não podemos cair na negação total dos produtos químico-industriais; apenas reduziremos a sua utilização ao máximo, evitando assim prejuízos vitais ao produtor e tendo produtos diferenciados, garantindo assim faixas de mercado.

Temos que garantir o meio ambiente e, ao mesmo tempo, a qualidade e a produtividade na produção agropecuária. (CONCRAB, 1994, p. 30).

A preocupação com as questões do desenvolvimento, em especial o rural, aparece com força durante o III Congresso Nacional, em 1995, no qual o MST aprovou seu programa de reforma agrária. À noção de desenvolvimento é incorporada a sua forma autossustentável, com a incorporação “de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais”, com base na produção familiar e cooperativada. A partir de então, em discursos de lideranças, em documentos e em encontros do MST, é possível identificar ideias que se alinham à noção de sustentabilidade, embora nem sempre esse termo seja utilizado em contraposição às políticas governamentais e ou ao modelo de produção predominante no espaço rural brasileiro.

No IV Congresso Nacional do MST, em 2000, observa-se a referência não apenas à dimensão econômica e política, mas, também, à ambiental e à cultural. O documento que serviu de base para as discussões preparatórias do Congresso permite inferir a sustentabilidade como prática sociopolítica,

econômica e cultural, instituidora de uma nova ambiência social: “precisamos buscar na própria realidade em que vivemos quais os valores mais urgentes a serem desenvolvidos e iniciar mudanças a partir do meio onde vivemos. Se há muita devastação, devemos plantar árvores e preservar rios, [...] flores e árvores frutíferas” (BOGO, 2000). Como se pode depreender do fragmento, a cultura está referida aos “valores a serem desenvolvidos” e ao processo de “revolução cultural” com a construção do socialismo.

Como bem observam Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi, é na cooperação que se pode identificar a dimensão política da sustentabilidade. A cooperação é vista pelo MST como forma de resistência política, por meio da organização das pessoas para atividades produtivas, da discussão e solução coletiva de problemas existentes na comunidade: “a cooperação é o passo seguinte nesta estrutura social que estamos criando e ela é essencial para a constituição de novos valores” (CONCRAB, 2000). Assim, a cooperação é fundamental para uma nova cultura política.

A preocupação com as questões ambientais e a agroecologia, situadas no escopo de um projeto de luta coletiva pela transformação da sociedade brasileira, aparece de modo sistematizado no V Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em junho de 2007, com a participação de 17.500 Trabalhadores Rurais Sem-Terra, de 24 Estados do Brasil.

Durante o Congresso reforçou-se a compreensão de que os interesses do capital financeiro transnacional se fundiram aos do latifúndio por meio do “agronegócio”, que consubstancia os interesses do capital e da sua respectiva divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, a proposta do MST de construção de um projeto popular para o Brasil se fez a partir do combate ao “agronegócio” e se estende à luta por um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade.

Neste sentido, em carta aberta à sociedade brasileira, o MST assumiu o compromisso de “articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro”. Dos outros 17 compromissos assumidos, sete deles tratam do meio ambiente e do modo de como produzir no campo. Dos documentos, até então elaborados pelo MST nos Congressos realizados, a carta é a que dedica maior espaço a esse tema.

O documento revela sentidos atribuídos à terra, ao meio ambiente e à luta coletiva: “a terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo”. É nela e a partir dela que os povos elaboram a sua identidade sociocultural. A demarcação das terras indígenas e de remanescentes de quilombolas e os assentamentos rurais, para além da dimensão física, também representa a demarcação de territórios, que passam a se constituir nos processos de (re)criação de modos de vida de populações rurais. O documento, neste sentido, se move pela relação entre proposições da luta contra o atual modelo de produção no campo e práticas a serem adotadas nos assentamentos e, em geral, no campo.

Do governo federal, o documento cobra uma atuação firme em relação aos desmatamentos e às “queimadas das florestas nativas para a expansão do latifúndio”, contrapõe-se ao “uso dos agrotóxicos e à monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto”, entre outras, bem como se contrapõe às empresas transnacionais (Monsanto, Syngenta, entre outras) “que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro”, objetivando “impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país”. Ao mesmo tempo, o documento propõe:

Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com

preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global (MST, 15 jun. 2007).

Pode-se inferir que tais dimensões sintetizam as proposições emanadas das Jornadas de Agroecologia. Esse evento surgiu no Paraná, em 2002, a partir da articulação entre diversos movimentos sociais do campo, por meio da Via Campesina, movimentos que lutam pela reforma agrária, contra o capital transnacional na agricultura, os transgênicos e o uso dos agrotóxicos. Eles têm se constituído num importante espaço para o diálogo de saberes entre acampados, assentados rurais e pequenos agricultores, sobre experiências em agroecologia, partilha de sementes crioulas e alimentos saudáveis. A 11ª Jornada, realizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), em 2011, contou com 4 mil participantes. No seu conjunto, as jornadas propugnam a substituição da matriz de produção convencional pela produção agroecológica, para preservar a biodiversidade e garantir a soberania alimentar.

Evento simbólico, nesse sentido, foi a partilha de sementes e as marchas realizadas durante as jornadas, como a que ocorreu em Cascavel-PR, em 2005. A marcha saiu da entrada da cidade de Santa Tereza do Oeste-PR até a área transnacional suíça Syngenta, que havia sido ocupada em março daquele ano pela Via Campesina. A empresa foi denunciada por praticar crime contra a Lei de Biossegurança, fazendo pesquisa e plantio de soja e milho transgênico a

6 km do Parque Nacional do Iguau. Na área ocupada, os trabalhadores passaram a produzir sementes crioulas.

Nesse campo de luta pela sustentabilidade social e ecológica, como dimensão central para um novo modelo de desenvolvimento rural, destaca-se a iniciativa de criar uma rede sociopolítica de entidades, ONGs e movimentos sociais, dentre os quais o próprio MST. Essa iniciativa se fez em agosto de 2012, em Brasília, por meio do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Com cerca de 5 mil participantes de todo o Brasil, o encontro, em uma Declaração intitulada “Por Terra, Território e Dignidade”, reafirmou a centralidade da “luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta pela Reforma Agrária, Terra e Dignidade”. A terra é tida, no caso, como espaço de vida, de produção e de identidade sociocultural. O objetivo do encontro foi o de construir “uma unidade programática na perspectiva de defesa da soberania popular, por meio da unificação de distintas organizações sociais, étnicas e agrárias do Brasil”. Para os movimentos sociais,

A primeira década do século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum.

Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de *commodities* de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadoras – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra (DOCUMENTO FINAL..., 22 ago. 2012).⁹

⁹ Assinam o documento diversas associações, entidades, organizações não governamentais e movimentos sociais, dentre os quais: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação Nacional dos Quilombolas (Conaq), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Atingidos por Barragens

Diante deste quadro, os participantes do evento reafirmaram “a reforma agrária como uma política essencial do desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável”, e se comprometeram, entre outras questões, a “lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes”. Também reafirmaram “a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio”. Ela dimensiona “um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas” (DOCUMENTO FINAL... 22 ago. 2012).

Na Continuidade dessa Luta...

O assentamento é um dos espaços primordiais para criar uma nova ambiência de sustentabilidade social e ecológica da resistência e de continuidade da luta por transformações na sociedade brasileira. Seu espaço não se restringe à dimensão física e geográfica de uma área de terra no âmbito dos processos de reforma agrária. Como afirmei em páginas anteriores, é também um espaço heterogêneo de categorias de trabalhadores rurais, com trajetórias de vida e trabalho diversas, que criam uma ambiência social, dimensionando o fazer-se da produção agropecuária, da política, da cultura e das relações com a natureza.

Quem visita o Assentamento Antônio Companheiro Tavares facilmente visualiza a configuração da organização socioprodutiva. A antiga área da Fazenda Mitacoré cedeu lugar a 79 lotes. As moradias estão alinhadas a

(MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Via Campesina Brasil.

cerca de 150 m da estrada interna, que entrecruza o Assentamento. As demais instalações, como galpões, situam-se próximas à respectiva casa, um pouco mais adiante. Essa disposição foi planejada com o objetivo de facilitar o escoamento da produção. As casas são de alvenaria ou mistas, de alvenaria e madeira. Em frente a cada casa observa-se sempre um jardim e, ao lado, ou atrás da moradia, um pomar e uma horta.

Casas novas, de alvenaria, estão sendo construídas, em substituição às que estão situadas de baixo da principal rede de transmissão de energia elétrica da Itaipu Binacional. A construção está sendo financiada pela empresa, por meio de convênio. A faixa de terra que acompanha a rede será destinada à recuperação florestal e estuda-se a possibilidade de nela permitir algum tipo de cultivo consorciado.

A principal atividade econômica do Assentamento é a atividade leiteira. Todas as famílias produzem leite para consumo próprio e ou para a comercialização. O cultivo da soja, em parte dos lotes, foi substituída. Mesmo nos lotes onde a soja ainda é cultivada, os assentados também desenvolvem diversos outros cultivos para consumo próprio e para a manutenção dos animais, comercializando o excedente. Plantam milho, batata doce, mandioca, feijão, hortaliças, árvores frutíferas e pastagens.

A produção agropecuária adotada está relacionada ao modo de vida das famílias e à cultura política vivenciada no MST. A prática de atividades agropecuárias orgânicas ou agroecológicas é um exemplo. Há um saber tradicional aliado ao conhecimento produzido por meio de pesquisas que têm sido disseminadas pelo Movimento. As escolas do MST, como do Itepa, que funciona no Assentamento, na sede da antiga fazenda e nas novas instalações que para esse fim foram construídas após a ocupação, têm contribuído nesse sentido. A organização sociocultural, política e produtiva do Assentamento em tela, descrita em páginas anteriores, configurara a perspectiva de territorialidade

do Movimento. A agroecologia que, durante os últimos 12 anos, passou a ser defendida pelo Movimento como prática agropecuária alternativa e de luta política contra o *agribusiness* é uma das dimensões desta territorialidade.

Com a agroecologia, o MST espera mais do que a alteração da produção agropecuária convencional para a produção ecológica. Busca, utilizando uma noção de Raymond Williams (1979, p. 25), a transformação da cultura como todo um modo de vida, que se processa em espaços sociais (dentre os quais os assentamentos) em que se articulam equilíbrios particulares, instáveis e contraditórios, de relações perpassadas por dimensões da cultura rural-urbana.

As famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científico para, para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científico do capital, estimulando a diversificação produtiva modificando nossos hábitos e atitudes frente à natureza, e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação (MST, 20 set. 2012).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Antônio Companheiro Tavares (PDA), elaborado em 2002, evidencia essa perspectiva. Diante da resistência à coletivização, na forma da CPA, assentados e lideranças criaram a Coopercam, que abrange assentamentos rurais de toda a região Oeste, localizados desde o município de Cascavel até o município de Foz do Iguaçu, mas cuja sede se encontra no mesmo espaço do Itepa. A Cooperativa, na prática, deveria partir da valorização do “conhecimento localmente desenvolvido e utilizar o conhecimento do agricultor tradicional, [...], e incorporar inúmeras inovações tecnológicas que revolucionam o padrão de produção do agricultor”. Desse modo, espera-se “um desenvolvimento de sistemas complexos, otimizando resultados e minimizando riscos, embora com produtividades menores do que as obtidas com o modelo agroquímico” – reconhece o documento (MST, 2002).

Waldemar Spieker contextualiza as dificuldades que permearam a proposição de trabalhar com a agroecologia:

No começo, com soja e milho. Era mais prático [...]. Ninguém tinha recurso pra comprar uma galinha, não tinha pra nada... Faz dois anos, fui diminuindo a soja, o milho, produzindo mandioca, bom, mandioca desde o primeiro ano, batata, o essencial para comer. Feijão sempre plantei [...]. Faz dois anos que eu não planto mais soja. Porque o motivo, pouca terra. Daí eu fiz pastagem, seis hectares. Tô com bastante animal, que é meu ganho, vaca leiteira boa. No momento [...] tenho um alqueire e pouco de mandioca. Dois anos e pouco eu tô trabalhando só com plantio manual e limpeza pra não usar veneno (SPIEKER, 2007).

Para a transição agroecológica são necessários alguns anos. Há necessidade de desintoxicar a terra e de recuperar e incorporar saberes tradicionais, técnicas e tecnologias, o que também exige certo tempo de aprendizado e formação. O trabalho humano e as técnicas manuais, pelo menos em parte, precisam substituir as pesadas máquinas. A possibilidade de geração de renda nem sempre é imediata, sobretudo se comparada aos cultivos convencionais. Parece residir aí um dos motivos da resistência de muitos assentados. A necessidade de maior tempo e cuidados, em contraposição à facilidade que o uso de agrotóxicos e de maquinários e a monocultura possibilitam é reconhecidamente uma das razões da resistência. Parece persistir ainda a mentalidade de produzir o máximo com redução ao mínimo do tempo. A dificuldade de romper com o paradigma da agricultura convencional, denominada de “moderna”, também está relacionada à necessidade da articulação de interesses comuns. Para seu Alcides Hartmann, esse tipo de encaminhamento prescinde da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

a gente, pela experiência que tem, pela resistência que o povo tem, é difícil implantar isso aí. Eu acho que pra começar a agroecologia não é fácil, não é só o movimento que tem que bancar isso aí, tem que ser uma proposta do INCRA. O INCRA tinha que escolher uma área e dizer “não isso aí tem que ser agroecológico e vai quem quer” e, hoje não se faz isso. O movimento sempre defendeu orgânico, agroecológico. (HARTMANN, 2012).

A agroecologia, necessariamente, implica cooperação, movida por interesses convergentes. Quando seu Alcides tece suas considerações, está significando/qualificando as suas experiências na relação com outros assentados. Participou da ocupação da Fazenda Vitória, em 1986, um dos primeiros assentamentos na região Oeste do Paraná, e lá, com seus companheiros, iniciou uma experiência semicoletiva. A posse da terra era familiar e uma das atividades produtivas era desenvolvida em conjunto com seus vizinhos – a criação de suínos. Ele e os seus vizinhos objetivaram avançar para a produção orgânica, mas dificuldades externas, relacionadas ao mercado, bem como conflitos movidos por interesses internos, pessoais, segundo sua avaliação, levaram à dissolução do projeto. Então, perspectivando um lote melhor, anos depois, mudou para um assentamento no município de São Pedro do Iguazu. Sempre foi militante do MST e, ao surgir oportunidade de trocar de lote com outra família do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, ele o fez, sabendo que as lideranças do Movimento pretendiam ampliar lá o número de famílias adeptas à cooperação e à agroecologia.

No assentamento, cerca de 30 famílias praticam atividades agroecológicas. Os lotes dos assentados são pequenos. Assim, o uso de veneno de um prejudica ou inviabiliza os cultivos dos vizinhos. A adoção da agroecologia implica, portanto, a adesão e o compromisso do conjunto dos assentados. A resistência de parte das famílias é motivo de conflitos, o que tem levado o MST, paulatinamente, a realocar novas famílias, de outros assentamentos, que possuem uma trajetória de militância e que se dispõem a trabalhar com cultivos orgânicos.

Outra dificuldade alegada pelos assentados refere-se à inserção da produção no mercado. Não obstante o mercado para os produtos orgânicos foi ampliado nos últimos anos, ele ainda é restrito. A preocupação reside em encontrar compradores, sobretudo tendo em vista que o seu preço é mais caro

do que o das culturas da agricultura convencional. Essa dificuldade vem sendo superada por meio da cooperativa dos assentados e de programas federais. A compra direta de produtos, por órgãos públicos e prefeituras municipais, possibilita a colocação de produtos saudáveis na merenda escolar, por exemplo. Para além da comercialização de produtos *in natura*, dez famílias do Assentamento trabalham com a panificação (fabricação de pães e cucas). Toda produção é comercializada pela Cooperativa nas cidades de São Miguel do Iguaçu e de Foz do Iguaçu-PR.

A educação agroecológica também é uma das dimensões fundamentais à sustentabilidade social nos assentamentos rurais. Para o MST, a educação é tão importante quanto a conquista da terra. A mudança de mentalidade e a possibilidade de avançar na organização dos assentados, bem como de materializar plenamente as potencialidades dos assentamentos, estão na cooperação agroecológica articulada à educação. Nesse sentido, o MST tem apostado na formação de técnicos militantes, no treinamento e na capacitação dos assentados e sua integração nas cooperativas.

Nesse sentido, o Centro de Formação José Gomes da Silva, do MST, localizado no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, desde a sua criação, em 2003, vem sediando encontros, cursos, seminários dedicados ao estudo, debate e troca de experiências de assentados de diferentes regiões do Estado e do país, relacionados ao meio ambiente e à agroecologia. Atualmente, está se formando a segunda turma (23 educandos) de técnicos em agroecologia. Para Ademir de Castro, educador do Itepa, tecnólogo em Agroecologia, formado na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), instalada no Assentamento Contestado, no município da Lapa-PR:

Os cursos do ITEPA, dando formação para o jovem, ele vai permanecer no campo, vai valorizar a vida de camponês e começa a enxergar a formação humana, não simplesmente para o mercado de trabalho. É formar para a vida e valorizar aquilo que o campo pode oferecer de bom e ajudar a construir um modelo diferente de viver no campo, um modelo sustentável e não só

produzir mercadoria. O campo não é um espaço só de produção, mas um espaço de vida. O objetivo é formar cidadãos conscientes que possam contribuir na sustentabilidade da cultura camponesa (CASTRO, 2011).

A questão que se coloca, como se observa no fragmento da fala do entrevistado, é transformar o assentamento em território da vida, recriando as múltiplas dimensões do humano na relação com a natureza, também diversa, múltipla e surpreendentemente criativa, apesar de ocorrer, não raras vezes, a nociva ação dos homens. O caleidoscópio de natureza morta e viva, na representação dos 19 mortos de Eldorado dos Carajás, em um canteiro no pátio do Itepa, talvez seja, nesse sentido, o exemplo mais significativo.

No canteiro estão cravados 19 troncos de árvores queimados, significando, na relação com a natureza destruída, motivada pela derrubada e queima das florestas, vidas tombadas na luta coletiva pela reforma agrária. Reside aí uma evidência de relações múltiplas para os que transitam, com olhar atento, pelo pátio interno do assentamento: nos 19 queimados/ceifados da vida, do trabalho/da natureza – flora/fauna/humana. Essas dimensões, entremeadas e mutuamente determinantes, apontam para a necessária recriação das relações humanas no meio ambiente.

O Curso de Técnico em Agroecologia do Itepa, nesse sentido, tem como objetivo a formação de profissionais de nível pós-médio, para trabalhar pelo desenvolvimento sustentável por meio da agroecologia nos assentamentos rurais. Mediante períodos de alternância (“tempo escola/assentamento” e “tempo comunidade”), busca recuperar saberes tradicionais na relação dialógica com os assentados e articulá-los aos conhecimentos técnico-científicos para a cooperação agroecológica. O primeiro se refere ao período durante o qual os educandos ficam no Itepa, já o segundo é quando ocorre o retorno deles aos assentamentos de origem: momento de saberes num diálogo interativo e propositivo entre os educandos e assentados, bem como com o conjunto da comunidade do assentamento. A

alternância ocorre a cada 60 dias, durante o período de três anos e meio do Curso.

A interação é fundamental para o processo de ensino dos educandos, bem como para as famílias. Surgiu desse processo educativo, em 2006, um banco de sementes crioulas, desenvolvido pelos educandos, a partir de análises realizadas nos assentamentos de onde são oriundos. A estrutura para tal fim permite a conservação e a secagem de sementes, que são distribuídas entre assentados, objetivando fortalecer cultivos orgânicos.

O que se concluiu, todavia, para além do esforço por uma agricultura alternativa, quer seja com menor uso de agrotóxicos, ou orgânica, ou agroecológica, é a formação e capacitação de técnicos militantes, como estratégia na atual conjuntura e para a continuidade da luta do MST. É preciso viabilizar os assentamentos, estruturar um novo modelo de agropecuária e criar quadros qualificados para a luta pela transformação social. Essas três dimensões estão interligadas. Uma não se realiza sem a outra. Delvânia Gonçalves da Silva, 17 anos, moradora do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, educanda do Curso Técnico em Agroecologia, dimensiona essa contextura:

O Curso em si, a gente até veio discutindo no assentamento, ele é um curso técnico em agroecologia, mas a nossa formação maior ali dentro é política. Existe a formação técnica, mas agora a gente percebe que se formou muito mais como ser, como pessoa do que como técnico, vamos estar se formando agora como técnico-militantes, mas acho que até mais militantes do que técnicos. [...]. A gente tá na fase final. Eu acho que como pessoa me ajudou muito, sabe, a gente aprende a viver, estamos dentro da luta, não só do curso, tô participando de mobilizações (SILVA, 2012).

Do fragmento surgem os indícios da subjetividade se tecendo na constatação de uma formação “muito mais como ser”, como pessoa que visualiza mais amplamente as relações sociais, sua própria ruralidade de assentada e as dificuldades que tal situação impõe. Delvânia está falando da sua condição, dos seus desejos e perspectivas de mudança social, da sua

família e da sociedade. Sente-se ela mais militante do que técnica, embora saiba que precisa do saber técnico para viabilizar a produção, juntamente com o trabalho de sua mãe, no próprio lote familiar. Ela, porém, também deseja continuar com a luta coletiva no MST, pois, sem essa luta, até as possibilidades de viabilizar a produção no lote podem estar ameaçadas.

O desafio, situado no âmbito da cultura, dos saberes tradicionais e das técnicas alternativas agroecológicas, é promover, por meio de um diálogo de sujeitos diferentes, a igualdade no reconhecimento das diferenças e do respeito a elas. Na crítica dialógica de saberes reconhecer a subjetividade do outro na constituição de novas sociabilidades. No diálogo de saberes, a atividade desenvolvida pelos educandos do Itepa junto aos assentados, a subjetividade e a autoestima camponesas são valorizadas, na perspectiva de reencontrar e reinventar uma cultura, como evidencia a fala de Delvânia:

A gente trabalha com diálogo de saberes. A gente realiza com três famílias, na verdade é *encontro com culturas*, não é uma entrevista. A gente conversa com a família e puxa todo resgate histórico da família, as práticas alternativas que praticavam lá na infância, tem um processo de análise, a gente analisa o que perdeu ao longo da história, o que o camponês aprendeu lá atrás e foi perdendo com a revolução verde, o que influenciou a revolução verde até a realidade atual, o que mudou, a opinião deles sobre o mundo, se têm uma visão ingênua ou mais crítica sobre o mundo (SILVA, 2012).

Delvânia trabalha com três famílias que se dedicam à atividade leiteira. A interação é importante, pois, como observa, detectou problemas no manejo do gado, inclusive na atividade no lote onde trabalha com sua mãe e um irmão menor. Procura auxiliar com os conhecimentos adquiridos no curso, “não só com técnica, mas misturar política com a técnica”. Esse diálogo de saberes implica uma análise sociocultural, econômica, ecológica, que resulta em um trabalho escrito a ser apresentado no referido curso. E, ao mesmo tempo, revela a constituição dos sujeitos por meio da valorização de saberes e na relação de identificação/contraposição a outros sujeitos sociais.

A imagem que a população tem de um camponês é daquela pessoa travada, que não sabe muita coisa. Eles conhecem a gente só pelo jeito que a gente anda na cidade, só pelo tranco. O camponês tem um conhecimento enorme. A gente, como trabalha focalizada na produção alternativa, procura trocar conhecimento. É mais uma troca de conhecimento do que uma pesquisa. Porque a gente trabalha métodos alternativos pra agricultura. Eles sabem muita coisa, eles sabem, mas pensam que não sabem. A própria pessoa se torna muito reprimida, de tanto tornarem aquela ideia “olha, você não sabe”, que a pessoa do campo é atrasada. [...]. A pessoa que se criou no campo tem muitas práticas. A gente conversa pra pessoa contar o que aconteceu, suas dificuldades, [...], e vai mostrando a contradição da ideia de que trabalhar com veneno não prejudica (SILVA, 2012).

Observa-se no fragmento da narrativa acima, a diferenciação identitária atribuída pela entrevistada a partir de imagem supostamente elaborada pelo outro (população) daquele que vive no campo em relação aos sujeitos que vivem no espaço urbano. A expressão o “camponês é aquela pessoa travada, que não sabe muita coisa” é evidência desta diferenciação. Logo em seguida, a entrevistada desconstrói, não um modo de vida e pertença a um lugar, mas a imagem produzida pelo outro da sua subjetividade e dos demais trabalhadores assentados como destituída de saberes e conhecimentos técnicos. Sua fala também indica um sentido de constituição dos sujeitos na relação de aprendizado entre os educandos e as famílias assentadas, na valorização e recuperação, por meio de diálogo, de práticas e saberes tradicionais, articulando-os às técnicas de produção agroecológica.

Essa configuração multifacetada da vida cotidiana no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, descrita nas páginas anteriores, evidencia um movimento de recriação do território, consubstanciando novas territorialidades, dimensionadas por saberes, recriação de práticas tradicionais de um modo de vida camponês, num movimento conflituoso e contraditório. Como afirma Delvânia, “o MST vem lutando, lutando bastante por essa questão da agroecologia”, mas, no Assentamento, “tem pessoas que usam veneno” e, “depois que forma o assentamento, a luta fica mais fragilizada”, as pessoas passam a cuidar do lote, mas “a luta não termina aqui, começa aqui”.

A vida cotidiana do Assentamento, desse modo, também é dimensionada pela perspectiva, como a de Delvânia, daqueles que expressam um sentimento de pertença a um movimento social, o MST. E sentem a necessidade de continuar a luta coletiva. As bandeiras alçadas ao céu em grandes mastros, sobre as casas, visíveis a longa distância ou na varanda das casas, são uma evidência desse sentimento de reconhecimento da luta e da identidade política coletiva naquele Assentamento e, para além dele, nas diversas dimensões e nos diversos sentidos do tempo e no espaço, sobretudo, nas lembranças de homens e mulheres ao compararem a vida antes da luta nos acampamentos e a de hoje no assentamento. A afirmação, desconsiderados os conflitos, é uníssona: a vida, nos aspectos sociais e econômicos, melhorou, e, para não poucos, provavelmente para a maioria, melhorou substancialmente.

Considerações Finais

As vivências no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, como nos demais assentamentos rurais no país, ainda representam um impasse da luta sociopolítica. Cada nova conquista de uma área do território do agronegócio possibilita a reinserção de trabalhadores na terra, os quais nela desenvolvem diversas formas de trabalho, dentre elas o trabalho em unidades familiares, em associações e em coletivos. E, ao mesmo tempo, estimulados pelas lideranças do MST e pelos técnicos em agroecologia formados nas escolas do Movimento, não raras vezes passam a experimentar práticas alternativas ecológicas de produção agropecuária.

A proposição da cooperação, sobretudo quanto à organização da terra e às relações de trabalho coletivas, na forma da CPA pelo MST, consubstanciou nas trajetórias de organização de inúmeros assentamentos rurais, a exemplo do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, territorialidades contínuas e absolutas, fundamentadas na perspectiva de construção de uma identidade

coletiva, de classe, de um Movimento Social, a contrapelo do modo de vida dos assentados. As experiências vividas nos assentamentos evidenciam que o apelo à identidade coletiva não pode ser abstrata e generalizante, rejeitando o princípio da alteridade, porque, ao fazê-lo, não se reconhece o outro, criando a possibilidade de práticas de controle e tentativas de sujeição.

Nessa direção, ao tratamos das experiências sociais de trabalhadores rurais, procuramos visualizar a constituição da subjetividade, individual e coletiva, articulando na análise das narrativas as memórias, as territorialidades e a identidade social. Seguindo nesta trilha, as narrativas evidenciaram a subjetividade dos entrevistados na atribuição de sentidos diversos aos modos como vivenciaram a conquista da terra e a organização do assentamento, ao uso social que estão dando à terra, à cooperação, à agroecologia, à educação, à vida no campo e à continuidade ou não da luta coletiva no MST. E, portanto, nestes termos, as narrativas revelam a multidimensionalidade da territorialidade constituída pelo sujeito histórico que se faz nas relações vividas em um espaço social com outros sujeitos, com a sua natureza externa, o meio ambiente e um Movimento Social.

Ao mesmo tempo em que parte dos assentados rejeita a agroecologia, como forma de produção agropecuária e, sobretudo, como um modo de vida, como cultura e continua utilizando técnicas e insumos altamente nocivos ao meio ambiente, outra parte a tem incorporado, numa relação com educandos, educadores e técnicos em agroecologia. Nessa dinâmica, a agroecologia tem se constituído em um dos elementos de identificação de parte dos assentados entre si, com e no MST, bem como para os outros que os diferenciam como sujeitos de uma dada realidade social de pertencimento a um lugar e a um Movimento Social.

Por fim, cabe salientar que a preocupação do MST com a questão ambiental e a proposição de práticas agroecológicas para os assentamentos

rurais, em um contexto de avanço do modelo agroexportador, centrado principalmente na produção em grandes áreas para a exportação, evidencia que ele vem incorporando temáticas atuais em suas lutas, tecendo, ao mesmo tempo, a crítica ao modelo social e econômico global. Os assentamentos rurais no Brasil, a exemplo do Assentamento Companheiro Antônio Tavares, vinculados ao Movimento, todavia, ainda não se fizeram plenamente nas suas potencialidades. Os possíveis desse processo estão em aberto, indicando, porém, que a cooperação, a educação, a agroecologia e as políticas públicas para a agricultura familiar, na continuidade da luta pela reforma agrária, são fundamentais para a sustentabilidade social e ecológica dos assentamentos rurais.

Referências

- BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.
- BOGO, Ademar. Desafios permanentes do MST. In: *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. IV Congresso Nacional do MST. Brasília, 2000.
- CASTRO, Ademir. *Entrevista realizada por Davi F. Schreiner e Simone T. Pedron*. São Miguel do Iguazu, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, 01 jun. 2011.
- CONCRAB. *A crise das cooperativas de produção*. São Paulo, 1994. (mimeo).
- CONCRAB. Assentamentos: construir uma nova estrutura social no meio rural. In: *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. IV Congresso Nacional do MST. Brasília, 2000.
- CORRÊA, Walquíria K.; BUTH, Fernanda. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais. *Campo-território*. Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.
- COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais? In: ALIMONDA, Hector (Org.). *Ecología política, naturaleza, sociedad y utopia*. v.1. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 203-215.

DOCUMENTO FINAL do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. *Por Terra, Território e Dignidade!*, Brasília, 22 ago. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/content/manifesto-por-terra-territ%C3%B3rio-e-dignidade>.

GONÇALVES, Antônio. *Entrevista realizada por Marcelo H. Schlachta*. São Miguel do Iguçu: Assentamento Antônio Companheiro Tavares, 04 ago. 2007.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Entrevista*. Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-prof-carlos-walter-porto.html>. Acessado: 25 ago. 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTMANN, Alcides. *Entrevista realizada por Davi F. Schreiner e Simone Pedron*. São Miguel do Iguçu: Assentamento Antônio Companheiro Tavares, 25 ago. 2012.

JORNAL HOJE. Cascavel, 07 set. 2006.

KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de formação n. 10. A luta continua*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de formação nº 25*. São Paulo, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Carta do V Congresso nacional*. Brasília, 15 de junho de 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Documento final do I Congresso Nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1985.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *II Congresso Nacional*. Brasília, 1990.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Os assentamentos*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8606>. Acessado: 20 set. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Plano de desenvolvimento do Assentamento Antônio Companheiro Tavares*. São Miguel do Iguçu, mar. 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Plano nacional do MST – 1989 a 1993*. São Paulo: Secretaria Nacional, jun. 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, 1997.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

SILVA, Delvânia Gonçalves. *Entrevista realizada por Davi F. Schreiner, Simone Pedron, Carla Conradi*. São Miguel do Iguaçu: Assentamento Antônio Companheiro Tavares, 25 ago. 2012.

SPIEKER, Waldemar A. *Entrevista realizada por Marcelo H. Schlachta*. São Miguel do Iguaçu: Assentamento Antônio Companheiro Tavares, 04 ago. 2007.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista. *Universidade e sociedade*. Brasília, Ano VII, n. 13, p. 57-64, jul. 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negocia*. O campesinato como ordem moral. Série Antropologia n. 69. Brasília: UNB, 1990.

